



O Estado racista e a Volksgemeinschaft: A comunidade do povo no Terceiro Reich

Gabriel Saldanha Lula de Medeiros¹

Resumo: A ideologia nacional-socialista era formada, essencialmente, por teorias racistas desenvolvidas a partir do darwinismo social, muito popular na virada do século XIX para o século XX, além das teorias da ancestralidade ariana propagadas por ideólogos do paganismo nórdico/germânico. No Terceiro Reich, o Partido Nazista tentou criar a “comunidade do povo”, uma nova sociedade alemã pautada nos princípios da “pureza do sangue” ariano e do higienismo racial. Neste texto, discutiremos as ideias que formaram o arcabouço ideológico do partido de Hitler e as ações tomadas para a construção de uma comunidade alemã ariana, discutindo desde a propaganda oficial do Reich até os programas de eugenia.

Palavras-chave: Nazismo; Comunidade; Reich.

The racist State and the Volksgemeinschaft: The people's community in the Third Reich

Abstract: The National Socialist ideology was essentially formed by racist theories developed from social Darwinism, very popular at the turn of the nineteenth century to the twentieth century, in addition to the theories of Aryan ancestry propagated by ideologists of Nordic / Germanic paganism. In the Third Reich, the Nazi Party attempted to create the "people's community," a new German society based on the principles of Aryan "blood purity" and racial hygiene. In this text, we will discuss the ideas that formed the ideological framework of Hitler's party and the actions taken to build an Aryan German community, ranging from official Reich propaganda to eugenics programs.

Keywords: Nazism; Community; Reich.

Introdução

O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, conhecido popularmente como Partido Nazista, surgiu num momento histórico bem peculiar, especialmente na Alemanha. Ainda na segunda década do século passado, o país estava arrasado pela derrota na Primeira Guerra Mundial e o sentimento nacionalista nunca tinha estado tão aflorado.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Licenciando em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Contato: gabriellula96_@hotmail.com.

Depois, o que se viu foi o fim do império do kaiser Guilherme II, o advento da república democrática e a emergência de movimentos extremistas tanto à esquerda quanto à direita, com a população majoritariamente dividida. A crise econômica na Alemanha do pós-guerra está entre as piores da história mundial.

Como se não bastasse toda essa conjuntura, naquele tempo se popularizou uma corrente científica – hoje já descartada – conhecida como “darwinismo social”, elaborada a partir das teorias de Charles Darwin a respeito da evolução das espécies. Essa derivação compreendia que, assim como os animais, os homens também eram compostos por raças que evoluíam de forma diferente ao longo da história, provocando uma diferenciação entre elas do ponto de vista evolucionista e que a miscigenação entre raças inferiores e superiores produziria o rebaixamento das últimas, com forte apelo para a hereditariedade. Paralelamente, na França e na Alemanha, escritores tentavam investigar o passado de suas nações a partir do mito da raça ariana, que surgiu após a verificação de semelhanças entre os idiomas de grandes civilizações da história, como o sânscrito, o grego, o latim e o alemão. Supuseram que os referidos idiomas teriam origem em uma grande civilização comum, responsável pelo advento de todas essas outras. A grande civilização original, pois, era Arya (e o seu povo, ariano).

Hitler e os seus partidários sofreram forte influência dessas correntes. A semelhança entre o paganismo nórdico e o germânico da era pré-cristã alimentou a falácia de que a suposta civilização ariana era fisicamente loura, alta e com olhos azuis, tornando-se, portanto, o estereótipo do homem ariano a ser defendido pelo nazismo. Aliás, Hitler defendeu em Mein Kampf que o principal objetivo do partido quando este alcançasse o poder seria a criação de um “Estado racista”, que garantisse a preservação da raça e a sua evolução. Foi isso que ele tentou fazer a partir de 1933. Em seus discursos, o líder nazi pregava a criação de uma nova sociedade onde as classes sociais dariam lugar às raças.

Discutiremos aqui as medidas tomadas por Hitler e seu partido para a criação de uma nova comunidade alemã baseada na pureza racial ariana e na preservação do sangue, a chamada Volksgemeinschaft, desde a propaganda oficial do partido até as ações concretas que resultaram no extermínio de homens considerados indesejados para o convívio da nova sociedade alemã do Terceiro Reich. A partir desta discussão, compreende-se melhor os mecanismos utilizados pelo Partido Nazista para disseminar sua ideologia, aparelhar o Estado alemão e conseguir apoio popular.

Método

Este texto é parte do resultado de uma extensa pesquisa realizada por quase dois anos e que resultou na escrita do livro “O Nazismo e o Reich de Mil Anos”¹, a ser lançado em breve pelo mesmo autor. Porém, diferentemente do livro, este artigo tem como objetivo tratar especificamente e de maneira aprofundada a ideia de comunidade do povo e a sua construção. Para isto, foram consultadas fontes nacionais e internacionais escolhidas a partir de sua relevância para o assunto tratado e também levando em conta a credibilidade de seus autores.

Na história acadêmica, as fontes históricas podem ser consideradas primárias ou secundárias. As primeiras, dizem respeito a documentos e evidências históricas das quais o historiador constrói o fato histórico, como diários, documentos oficiais, testemunhos, artefatos, entre outros. As segundas, dizem respeito a textos históricos já existentes. O presente trabalho foi feito a partir de fontes secundárias, de historiadores renomados como é o caso de Paul Roland e do professor brasileiro Dr. João Ribeiro Junior, utilizando-se majoritariamente de livros e artigos científicos publicados em revistas acadêmicas, tanto em português quanto em inglês, e que constam nas referências bibliográficas ao final do trabalho. A análise e a escolha das fontes foram feitas, basicamente, por comparação entre elas para que, por meio disto, os argumentos utilizados tivessem maior corroboração entre a historiografia já existente, resultando em maior credibilidade para os argumentos utilizados.

Propaganda, educação e cultura

Para começarmos a discussão, é importante sabermos que para a constituição da nova sociedade alemã não era necessário somente o expurgo ou o extermínio daqueles que não se encaixavam no padrão ariano, mas, antes de qualquer coisa, era importante moldar o pensamento das pessoas de acordo com a doutrina nazista e os objetivos do partido, modificar a consciência coletiva e garantir a hegemonia. O estabelecimento da nova comunidade nacional passava, obrigatoriamente, pela propaganda e pela transformação da educação e do cenário cultural, pela doutrinação.

¹ Registrado na Biblioteca Nacional com o seguinte ISBN: 978-85-54176-08-2

A informação e a mídia foram controladas desde os primeiros meses com decretos que proibiam os jornais de outros partidos e com a criação do ministério da propaganda comandado pelo antissemita Joseph Goebbels, que passou a controlar toda a produção e veiculação de informações na Alemanha, desde as pautas dos jornais até a programação da cadeia de rádio, as paradas de rua nas datas comemorativas e as produções cinematográficas.

Os longas-metragens produzidos pelo ministério da propaganda tinham três grandes objetivos: doutrinar ideologicamente a população, colocar Hitler como o líder a ser seguido, com uma “messianização” do Führer, e buscar apoio para as ações do governo (RIBEIRO JUNIOR, 2005). Um exemplo disso é “O Eterno Judeu” (1941), que mostra as imagens de judeus sujos e depravados na tentativa de retratá-los como moralmente degenerados e corruptores dos arianos. O uso de alta tecnologia nessas produções deu fama internacional aos filmes alemães de propaganda.

No que diz respeito à cultura, foi criada a Câmara de Cultura do Reich, também chefiada por Goebbels, e que era responsável pela produção cultural na Alemanha, compreendendo áreas como teatro, música, arquitetura, design de interiores e realização de eventos como amostras daquilo que era considerado “arte degenerada”, entre outras áreas. De acordo com Lippman (1998), todos os artistas deveriam ser cadastrados na Câmara de Cultura e os seus trabalhos deveriam seguir as diretrizes da propaganda nazista, compreendendo as premissas da teoria ariana, por exemplo. Eram comuns cartazes e telas de Hitler em posição de herói, como o famoso quadro “O Porta-Estandarte” (Der Bannerträger), de 1935, do pintor Hubert Lanzinger, que mostra Hitler vestido em armadura, montado num cavalo e segurando uma bandeira vermelha da suástica. Imagens eram produzidas no sentido de exaltar o arianismo, com homens louros e fortes empenhando atividades de força. De acordo com o autor, o artista corria o risco de não ser aceito pelo órgão cultural nazista e também poderia ser expulso caso fosse judeu ou tivesse ligações com antigos partidos de esquerda, ou mesmo pertencesse a minorias perseguidas, como testemunhas de Jeová ou homossexuais.

A mais famosa ação de “repressão cultural” se deu nos primeiros meses do governo de Hitler, quando estudantes nazistas promoveram as famosas queimas de livros. Jovens invadiram bibliotecas de inúmeras universidades ao redor da Alemanha para roubar livros judaicos – muitas vezes escritos em hebraico – e obras que não corroborassem com a doutrina nazista, principalmente no que diz respeito à questão biológica. Foi assim, por exemplo, no caso da queima de livros do Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim.

Em suma, a produção cultural deveria ser totalmente voltada para a conquista da hegemonia e a doutrinação enaltecendo Hitler, o Estado e a doutrina ariana, o sangue puro ariano e a raça, preceitos da comunidade do povo.

Nas escolas, os currículos adotaram as ideias racistas que formavam a essência da doutrina nazista, como a evolução das raças humanas, a superioridade racial alemã, as teorias da raça ariana e mesmo o antissemitismo também era abordado. Os livros didáticos modificaram seus entendimentos, principalmente sobre biologia, para abarcar o ideal racista do nacional-socialismo (MONTEIRO, 2013).

A escola, portanto, passou a ser menos um lugar de formação intelectual para ser um ambiente de doutrinação. Para se ter uma ideia, algumas atividades pediam para que os alunos resolvessem cálculos que mostravam os gastos públicos que o governo teria para bancar o tratamento de deficientes e doentes incuráveis, como um suporte doutrinário aos programas de esterilização compulsória e eutanásia (ALBUQUERQUE, 2008), que serão discutidos nas próximas páginas.

A qualidade do ensino básico caiu tanto, diz Monteiro (2013), que as universidades se viram obrigadas a simplificar seus testes admissionais para os alunos ingressantes. No caso do currículo dos cursos superiores, foram introduzidas disciplinas para o estudo da ancestralidade ariana na Alemanha, bem como matérias voltadas para o darwinismo social e a evolução das raças humanas. Trabalhos que envolvessem citações ao judaísmo seriam recusados nos programas de pós-graduação. Normalmente, muitas pessoas adotaram as ideias racistas e social darwinistas do nazismo para defesa de dissertações e teses somente para obter prestígio acadêmico e consequente ascensão social. Vale ressaltar que os professores das escolas e universidades foram substituídos por profissionais nazistas treinados.

Com as ações e transformações acima elencadas e com a propaganda ideológica através dos meios de comunicação, os nazistas deram o primeiro passo para a construção da comunidade do povo, da raça ariana e do sangue puro: a conquista do apoio popular por meio da conquista das mentalidades, da hegemonia cultural e do suporte intelectual ao nazismo. A partir daí, a construção de uma nova sociedade seria mais fácil e estaria garantindo o apoio para as ações de repressão e de arianização da população.

A ação estatal para a arianização

Durante todo o Terceiro Reich, o Partido Nazista investiu em legislações e programas que objetivavam a arianização da Alemanha. Todo esse aparato burocrático tinha como inspiração as teorias do darwinismo social, ou seja, eram voltados para assegurar a preservação da pureza do sangue alemão e a evolução racial. Dentre essas medidas, destacam-se a Lei de Esterilização, o programa T4 (Aktion T4) e o programa Lebensborn.

A Lei de Esterilização começou a vigorar em 1934, embora tenha sido aprovada pelo parlamento no ano anterior. Essa legislação previa a castração forçada de pessoas indesejadas para a comunidade do povo, como os deficientes físicos e mentais, os depressivos, os epiléticos, os esquizofrênicos e até aqueles que tinham surdez e cegueira hereditárias. O principal argumento do governo era de que a esterilização seria direcionada apenas para os doentes hereditários, mas não foi isso que ocorreu na prática. Segundo Albuquerque (2008), o termo “deficiência” foi estendido para o que o Partido Nazista entendia como “deficiência moral”, e assim foram esterilizados também os criminosos comuns, as prostitutas e até os alcoólatras.

O governo criou os chamados “tribunais da saúde hereditária”, que julgavam os pedidos para a castração forçada. Tornou-se obrigação da população, de modo geral, denunciar aos tribunais as pessoas que estivessem em condições previstas em lei para a esterilização. O autor ressalta que mesmo os médicos eram obrigados a entregar seus próprios clientes, pois, caso contrário, poderia até perder o direito de exercer a profissão. Apesar de a lei prever que a própria família também deveria entregar o paciente, este poderia pedir sua própria esterilização. Os historiadores estimam que a quantidade de pessoas castradas em virtude da Lei de Esterilização seja entre 200 e 260 mil.

A Lei de Esterilização previa a impossibilidade de que esses cidadãos indesejáveis pelo nazismo pudessem reproduzir. Por outro lado, no fim da década de 1930, o governo resolveu exterminar de vez boa parte dessas pessoas através do programa T4. Em 1938, a família de um menino cego e doente mandou uma carta para Adolf Hitler pedindo-lhe o direito de eutanasiar o filho como uma forma de aliviar o sofrimento. A carta, ao que tudo indica, foi a inspiração para a criação do programa e o seu funcionamento entre os anos de 1939 e 1941 (GEARY, 2011).

O Aktion T4 era direcionado exclusivamente para os doentes que estivessem internados, e por meio dele, os médicos nazistas encaminhavam os pacientes para clínicas de eutanásia. Primeiro, o extermínio ocorria por injeção letal, mas posteriormente, em virtude da quantidade de vítimas, foram adotadas as câmaras de gás. Aliás, esta foi também a primeira experiência para as câmaras de gás dos campos de concentração do holocausto. Estima-se que foram eutanasiadas cerca de 70 mil pessoas (ROLAND, 2015). O programa só parou de funcionar oficialmente em 1941 após pressão de membros da igreja católica.

Por fim, destaca-se o mais inescrupuloso de todos os projetos de arianização do Terceiro Reich: o programa Lebensborn, que em sua tradução significa “fonte da vida”. Nas primeiras décadas do século XX, a Alemanha enfrentava uma crise demográfica com um baixo índice de natalidade. Para tentar solucionar o problema, Himmler, o chefe da tropa de elite do Partido Nazista (SS), resolveu criar o programa Lebensborn com o objetivo não só de minimizar a crise demográfica, mas de criar uma nova geração de alemães arianos.

Iniciado em 1935, o projeto tinha finalidade dar assistência médica para as grávidas alemãs que seriam mães solteiras, como uma maneira de prevenir o aborto de bebês arianos. As mães, que deveriam passar por uma junta médica que comprovasse a sua ancestralidade ariana pura, geralmente eram amantes de homens casados ou engravidavam antes do casamento. O estigma da mãe solteira era tão forte naquela época que, na maioria das vezes, sem receber o apoio da família, a mulher poderia optar pelo aborto clandestino. O programa Lebensborn, além de dar toda a assistência médica, funcionava como orfanato e as crianças eram direcionadas para a adoção por casais igualmente arianos puros que não tinham filhos (GRUNBERGER, 1970).

Desde o início, o projeto também era responsável por recrutar mulheres jovens e saudáveis para servirem de “reprodutoras” dos homens da SS. As jovens selecionadas pela Liga das Moças Alemãs eram mandadas para as casas Lebensborn – grandes propriedades rurais confiscadas dos judeus – e lá seriam apresentadas aos jovens SS com quem deveriam reproduzir. Os filhos eram mandados para adoção ainda bebês, com poucas semanas após o nascimento. As mães passavam o resto de suas vidas sem descobrir o paradeiro de seus filhos ou de seus parceiros, pois a burocracia governamental garantia o sigilo das operações do programa.

Oelhafen e Tate (2017) trazem outra face ainda mais assombrosa do projeto: com as invasões nazistas em países da Europa a partir de 1939, a SS começou a sequestrar crianças

com características físicas arianas e que geralmente eram filhas de membros da resistência contra as invasões alemãs. Essas crianças eram mandadas de trem para o território do Reich e proibidas de falar suas línguas maternas, sendo posteriormente adotadas por casais alemães. A maioria delas nunca sequer descobriu suas verdadeiras origens. Aquelas que descobriram, em sua maior parte, nunca puderam encontrar suas verdadeiras famílias.

Para a construção da comunidade do povo, a nova sociedade ariana do sangue puro, o governo não poupou esforços e investiu nas mais horrendas ações que o Estado poderia tomar: esterilização forçada, extermínio de incapacitados, programas de reprodução humana e até sequestro de crianças.

Os judeus e a Volksgemeinschaft

Os judeus, tidos como degenerados pelos nazistas, foram o povo que mais sofreu a repressão do aparato estatal. Logo de cara, em março daquele ano, pouco mais de um mês após Hitler tornar-se chanceler da Alemanha, o comércio judeu foi vítima de um boicote orquestrado pelo Partido Nazista. Apesar da campanha, as lojas judaicas não tiveram tantos prejuízos, com exceção daquelas que foram depredadas pelas forças paramilitares do partido, como a SA. No mês seguinte, a nova legislação proibia que os judeus pudessem trabalhar em escolas, universidades ou mesmo desempenhar as funções de professor e de advogado. Aos poucos, foram implementadas cotas para a quantidade de alunos judeus que eram permitidos na rede de ensino público e, após a Noite dos Cristais, em 1938, a cota deixou de existir e as crianças semitas foram totalmente proibidas (DOBKOWSKI e WORTMAN, 2009). As mais famosas de todas as leis antissemitas do Reich foram as Leis de Nuremberg, aprovadas em 1935, e que definia quem era e quem não era judeu, além de proibir o casamento e a miscigenação com alemães puros para prevenir a involução do sangue e da raça.

Os nazistas, que de início não tinham em mente nenhum plano de extermínio para a população judaica, tomaram todas essas medidas repressivas para forçar a emigração. Em parte, foram bem sucedidos. O confisco de propriedades estava entre as medidas, que poderiam ser tomadas para uso do Estado ou ainda serem destinadas para membros do status quo nazista, ou vendidas a baixo custo para alemães.

Se, por um lado, os judeus eram vistos como uma raça degenerada que poderia arruinar o glorioso sangue ariano que circulava nas veias dos alemães caso houvesse a miscigenação, por outro, eles também eram tidos como responsáveis pela degradação moral. Alfred Rosenberg, o principal filósofo da doutrina nacional-socialista, defendeu em sua obra mais famosa – O Mito do Século XX – que as religiões judaica e cristã tinham colocado o indivíduo e a sua salvação no centro de suas preocupações. Para ele, deveria haver não só a superação destas religiões, mas também a criação da religião do sangue, onde o homem estivesse inserido no contexto de coletividade racial, e não de salvação pessoal, pois, de acordo com Rosenberg, o homem não deixaria de existir após a sua morte, mas continuaria a viver por meio da genética (HEXHAM, 2011). O nazismo, portanto, seria esta nova crença da qual Hitler era o messias, o redentor do povo ariano, o Führer.

Para o controle ideológico das pessoas em prol da doutrina nacional-socialista e para eliminar todos os resquícios do judaísmo da vida pública alemã, o partido também interveio nas igrejas do Reich. Várias correntes evangélicas passaram a defender não só o arianismo, mas também o antisemitismo. O processo revisionista encabeçado por esses religiosos dava conta de retirar todos os resquícios do judaísmo da bíblia e da fé cristã por meio de reedições das sagradas escrituras, modificando praticamente todo o Antigo Testamento. As novas edições também transfiguraram o evangelho de João e apagaram todas as menções a Moisés e aos profetas judeus. Jesus deveria ter suas raízes judaicas negadas (PROTZMANN, 2012).

A partir de 1938, um ano antes do início da Segunda Guerra, os judeus não mais eram forçados a emigrar, mas agora estavam sendo literalmente expulsos do território alemão em direção aos países vizinhos, deixando para trás praticamente tudo o que tinham. Burrin (1990) nos conta que o plano inicial dos nazistas era transportar todos os judeus da Europa para a ilha de Madagascar após o término do conflito, mas, em 1941, quando a luta contra a URSS tornou-se demasiadamente difícil, Hitler vislumbrou pela primeira vez a possibilidade da derrota – e acertou. Foi no fim de 1941 que os judeus, outrora aprisionados em guetos, foram conduzidos para o extermínio em campos de concentração. Depois de toda a sorte de perseguições, os semitas, considerados maiores inimigos do sangue ariano, pereceram nas câmaras de gás, eliminando 2/3 da população judaica do continente europeu. A “comunidade do povo” não tinha espaço para eles.

Considerações finais

O Partido Nazista, enquanto esteve no poder, buscou constituir aquilo que Hitler chamou em Mein Kampf de “Estado racista”, também conhecido como “a comunidade do povo”, do sangue puro ariano, a Volksgemeinschaft, para garantir a preservação e a evolução da raça ariana. Para tanto, investiu desde o início na transformação da consciência coletiva por meio da propaganda, da educação e da intervenção na produção cultural. A partir do ganho do apoio popular, em parte graças à doutrinação, o governo iniciou projetos de esterilização compulsória daqueles que eram considerados indesejáveis para o “organismo” da comunidade ariana pura. Posteriormente, passou a exterminar algumas dessas pessoas, como deficientes físicos, mentais e doentes incuráveis. É importante ressaltar que estas ações não diminuíram de forma significativa, para as próximas gerações, o número de deficientes.

Considera-se, portanto, de forma unânime entre os historiadores, que os projetos higienistas do Terceiro Reich falharam e não surtiram o efeito desejado. Todas essas medidas foram tomadas visando a disseminação da ideologia nacional-socialista, bem como o aparelhamento do Estado para fins de interesse da cúpula partidária e também garantir o apoio popular ao Führer Adolf Hitler. Por fim, durante a Segunda Guerra Mundial, quando as batalhas contra a URSS tornaram-se mais difíceis, os nazistas optaram pelo extermínio daqueles que consideravam o seu maior inimigo: os judeus, classificados como racialmente degenerados. O holocausto é considerado o primeiro e também o maior assassinato industrializado da história, sendo também a mais latente evidência do caráter higienista e racista da doutrina nazista.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. **A lei de prevenção de doenças hereditárias e o programa de eutanásia durante a segunda Guerra mundial.** Revista CEJ, Brasília, Ano XII, n. 40, p. 43-51, jan./mar., 2008.

BURRIN, Philippe. **Hitler e os judeus: gênese de um genocídio.** Editora L&PM; tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre/RS, 1990.

DOBKOWSKI, Michael. WORTMAN, Morris. **A history of Kristallnacht; Historic overview of the november pogrom.** The Two-Thousand Year Road to the Holocaust. Session 8: Kristallnacht. 2009.

GEARY, Dick. **Hitler e o Nazismo.** Editora Paz e Terra; tradução de Alexandre Kappaun. São Paulo/SP, 2010.

GRUNBERGER, Richard. **A história SS.** Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1970.

HEXHAM, I. **The mythic foundation of national socialism and the contemporary claim that the nazis were christians.** Koers – Bulletin for Christian scholarship, Vol. 76, No. 01, p. 155-170, 2011.

LIPPMAN, Matthew. **Art and ideology in the third reich: the protection of cultural property and the humanitarian law of war.** Penn State International Law Review, Vol. 17, No. 1, Article 2. 1998.

MONTEIRO, Gustavo Feital. **Juventude hitlerista: propaganda, ideologia e antissemitismo.** Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB), 2013.

OELHAFEN, Ingrid von. TATE, Tim. **As crianças esquecidas de Hitler: a verdadeira história do programa lebensborn.** Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo, Editora Contexto, 2017.

PROTZMANN, Kevin. **Aryan Jesus and the kirchkampf: na examination of protestantism under the third reich.** Drake University Social Science Journal, 2012.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é nazismo.** São Paulo/SP, Editora Brasiliense; Coleção Primeiros Passos, 2005.

ROLAND, Paul. **A vida no Reich: entre o entusiasmo e o medo, o dia a dia das famílias alemãs sob o domínio nazista.** Editora Ediouro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. O Estado racista e a Volksgemeinschaft: A comunidade do povo no Terceiro Reich. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro/2019, vol.13, n.47, p. 695-705. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 30/09/2019

Aceito: 11/10/2019.